



Comissão de Autoridade Portuária - CAP  
Rua 1001, 220 - Paranaguá - PR  
Fone: (41) 3233-1100  
E-mail: cap@portoparanaguá.pr.gov.br

## 196ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de julho de 2010, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. José Roberto Bastos Fernandes, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros**: Máno Marcondes Lobo Filho, Mauricio Vitor de Souza, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Carlos Oliveira da Velha Filho, Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, Sandro Flores Monteiro, Marco Aurélio Chapaval, Herber Soares de Freitas, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio de Camargo Fayet, Ailton Galinari, Juarez Moraes e Silva, Cláudio Fernando Daudt, Joaquim Medeiros Chianca Fernandes, João Gilberto Cominese Freire e Maria do Socorro Oliveira; **Convidados**: Ivani Suave – Delegacia da Receita Federal, Kelly Frizo – Capitania dos Portos, Nilson Hanke de Camargo – FAEP e Sidney Pinto - Cotriguaçu; **Justificativas de ausência**: Conselheiros: Antonio Alfredo Matthiesen, Persio Souza de Assis, Wilson Moraes da Silva, Edson César Aguiar, Zulfiro Antonio Bósio, Hário Mirzo Tieppo Junior; **1 - ABERTURA DOS TRABALHOS** – O **Presidente** deu início à reunião agradecendo a presença de todos e justificando a ausência do Cons. Matthiesen, em face do mesmo estar convalescendo de uma enfermidade, mas que estará de volta na próxima reunião. **2 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 195ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretaria do Conselho, que depois de recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade; **3 – INFORMAÇÕES GERAIS**; **3.1 INFORMAÇÕES SOBRE O EMBARGO DO IBAMA SOBRE AS OPERAÇÕES DO PORTO E ANDAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE TRABALHO DA APPA, PARA OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS**: Representante Titular do Governo do Estado e Superintendente da APPA – **Conselheiro Mário Marcondes Lobo Filho** desejando votos de pronto restabelecimento ao Presidente Matthiesen, inicialmente agradeceu à comunidade portuária pelo apoio prestado durante o embargo do IBAMA às operações do Porto de Paranaguá, agradeceu ao Prefeito Baka e à Secretaria Especial de Portos, na pessoa do Dr. Augusto, pelo empenho e apoio. Fez um breve relato dos motivos que foi causa de toda aquela situação, como a assinatura de um Termo de Compromisso, cujos prazos não foram cumpridos. Disse que no início de sua gestão não via solução que pudesse ser alcançada em pouco tempo, mas após conversas com representantes do IBAMA, inclusive com o seu Presidente, começaram a construir uma saída para o problema, que seria a assinatura de um novo Aditivo. Para tratar do assunto, foi constituída uma comissão comunitária, inclusive com representantes do CAP de Paranaguá e Antonina, que resultou em uma contratação, via ACIAP, com o objetivo de regularizar uma questão que era obrigação da APPA. A normalidade foi restaurada graças à mobilização do corpo jurídico da APPA e do Procurador Geral do Estado, que com ações imediatas e concretas conseguiram reverter o embargo do IBAMA sobre as operações portuárias, até porque uma instituição como o Porto de Paranaguá não pode ser punida por algumas medidas que não foram tomadas a seu tempo, mas que já, comprovadamente, a instituição estava providenciando sua regularização. Retomadas as negociações com o IBAMA, conforme determinação da Justiça, com a participação do IAP e de uma representante da PGE, conseguiu-se chegar a um acordo e espera assinar o Termo de Compromisso já nos próximos dias, porque com isso se terá um pouco mais de estabilidade, embora alguns prazos sejam muito exíguos principalmente o prazo de entrega do Plano de Emergência Individual (PEI) e é justamente a inexistência desse documento que mais causa insatisfação aos órgãos ambientais. O referido plano foi elaborado pela empresa Alpina Briggs e está a algum tempo tramitando junto ao IBAMA, que exigiu algumas complementações, o que já foi apresentado e está sendo analisado pelo IAP e a partir disso será encaminhado ao IBAMA. Informou que o contrato com a Alpina Brigs será revisto, de onde provavelmente será suprimida a questão dos resíduos sólidos, mantendo-se o atendimento a desastres e vazamentos, o que acredita que a mesma estará de acordo. Informou ainda que o cronograma a ser apresentado à Justiça e firmado com o Ibama, está sendo elaborado pela empresa Aquaplan, a qual está dando



Conselho de Administração do Porto de Paranaguá  
Rua ... nº ...  
Paranaguá, Paraná, Brasil

garantias para o cumprimento dos prazos. De sua parte, informou que está muito empenhado no cumprimento dos prazos, sendo que o passo inicial é a assinatura do Termo de Compromisso nos próximos dias. **Cons. Fayet**, parabenizando ao **Cons. Mario** pelo esforço empenhado para solução do problema, registrou que tão logo soube da ação do IBAMA, sugeriu ao Conselho uma reunião de emergência para respaldar qualquer medida que a APPA necessitasse tomar. A sua preocupação com a atual administração da APPA é que ela tem que ser testemunha e não ré, fazendo-se uma distinção muito clara das responsabilidades, pois as ações de indenização não caducam rapidamente. Expressou todo o apoio à Superintendência e sua equipe, informou da Portaria nº. 017/2010 do IBAMA, que de maneira ilegal retirou poderes da fiscalização, até porque o fiscal tem sua carreira e suas obrigações legais. Informou também da existência de uma Comissão Permanente Nacional Portuária que se preocupa com as questões da segurança de toda a comunidade envolvida na atividade portuária e que deverá ser notificada a respeito do episódio de Paranaguá. A situação criada em Paranaguá foi uma tragédia anunciada, um efeito dominó. Sugeriu ao CAP tomar uma medida adicional com relação ao episódio ocorrido, não deixando passar em branco, pois o mesmo teve uma repercussão nacional e deve-se responsabilizar quem causou esses danos ao Porto de Paranaguá, resguardando assim a atual administração. **Cons. Juarez** lembrou que o movimento para compor um fundo para os estudos iniciais para que os licenciamentos fossem viabilizados foi de iniciativa do setor empresarial, e que as contribuições foram feitas de maneira voluntária. Sobre a medida tomada pelo IBAMA, disse que mais uma vez os tratamentos foram assimétricos, porque a interdição ao Porto de Santos que tem os mesmos problemas do Porto de Paranaguá, foi ocasionada na mesma data, só que foi uma decisão dos fiscais do IBAMA local, enquanto que a interdição ao Porto de Paranaguá foi tomada pela Diretoria Nacional do IBAMA, ou seja, dosagem diferenciada para portos com os mesmos problemas. **Cons. Daudt**, com relação ao problema, disse que primeiro tem que ser cumprida a lei, tem-se que correr atrás das soluções não deixando à revelia. Indagou se a cópia da minuta do Termo de Compromisso, apresentada pelo IBAMA, irá circular entre os Conselheiros, até para que todos possam acompanhar o seu andamento e, se for o caso, oferecer sugestões. Disse que representa um terminal privado que cumpre toda a legislação ambiental e que dispõe uma equipe integrada, a qual coloca à disposição da APPA, para contribuir no que for possível. Com relação a questão da Licença de Operação, acredita que até dezembro estará em dia, no entanto acha preocupante o fato dos técnicos do IBAMA quererem tratar a questão do licenciamento com um plano único. Disse ainda que o IAP é uma instituição estadual que deveria ser valorizada, pois é composto por fiscais excelentes, com bastante conhecimento dos assuntos locais. Destacou que a instituição Ministério Público é fundamental na defesa dos direitos individuais, mas que em Paranaguá será necessário intensificar o diálogo com o MP, sob pena de estagnação de muitas atividades em Paranaguá. **Cons. Mario** informou que acredita não haver necessidade de circular cópia da Minuta do documento do IBAMA, porque é apenas um Aditivo ao Termo de Compromisso existente, não acrescentando nenhuma informação, mas apenas estabelece novos prazos de acordo com o cronograma fornecido pela Aquaplan. Sobre as competências do IAP e do IBAMA, disse que está aguardando a emissão de uma Portaria do Ministério do Meio Ambiente, que regulamentará as questões dos licenciamentos nos portos, o que definirá de forma mais clara as competências dos órgãos estaduais e federais. Considera uma grande conquista no processo, o fato de que os licenciamentos do porto serão, de agora em diante, efetuados pelo Diretor da Divisão de Licenciamentos de Portos, em Brasília, o que considera positivo, pois agilizará o processo, uma vez que haverá uma visão mais estratégica e os técnicos tratarão com prioridade essa questão. Aproveitou a oportunidade para convidar a todos para um evento na data de 30 julho, no Museu de Arqueologia e Etnologia, onde haverá a abertura da exposição "Séries do Porto" com uma série de fotografias, gravuras e pinturas sobre o Porto de Paranaguá, bem como assinatura de um Convênio do Porto com a Universidade Federal do Paraná, visando o retorno da cooperação técnica e científica que certamente será algo muito



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
RUA... Nº...  
PARANAGUÁ, PARANÁ, BRASIL

positivo. **Cons. Airton** indagou se no caso dos PEI's a contratação da empresa Aquaplan abrange também os terminais ou se somente a área comum. Lembrou que algumas empresas já foram multadas há alguns anos atrás por não terem a licença do IBAMA. **Cons. Mario Lobo Fº** - disse que o contrato com a Aquaplan envolve o Plano de Controle Ambiental e que, dentro deste, estão os PEI's, sobre o que, entende que deverão ser aproveitados os já existentes e feitos pelos Terminais. **Cons. Maria do Socorro** lembrou que o momento da intervenção do IBAMA no Porto de Paranaguá foi algo inacreditável. A forma como foi "tomado" o porto, deixou a todos surpreendidos porque o porto foi paralisado e lacrado por tempo indeterminado, lembrando uma greve de trabalhadores no tempo em que os sindicatos tinham muita força e fúria. A repercussão negativa em nível nacional e internacional foi grande e mostra o nosso despreparo para lidar com a imagem brasileira no comércio internacional. Reconheceu que há problemas, mas que a punição tem que atingir os culpados e não a instituição portuária. Além do mais, surpreende que este fato tenha acontecido somente em Paranaguá, quando os outros portos do Brasil estão em idêntica situação.

**3.2 INFORMAÇÕES ACERCA DO ANDAMENTO DOS TRABALHOS DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA APPA E DO PDZPO** – Coordenadora do Núcleo e Relatora da Comissão do PDZPO – **Conselheira Maria do Socorro de Oliveira** disse que após reuniões da Comissão, nas quais foi analisada a Portaria nº. 140/10 da SEP, que faz uma série de exigências no Plano de Desenvolvimento, foi encaminhado à APPA sugestões para celebração de Convênio com a Universidade Federal do Paraná, que abre possibilidades para se fazer a PDZPO, o qual deve ser uma consequência do Plano de Desenvolvimento Estratégico. Paranaguá ainda está em seus primeiros passos enquanto que o Porto de Santos já conclui seu Planejamento Estratégico, através de um acordo, pago pela SEP e pelo BID, o que é uma grande novidade no Brasil, pela qualidade de planejamento apresentado pelo BID. Informou que foi nomeada uma Comissão do porto que deverá tratar desse tema e emitir documento preliminar, posicionando Paranaguá em relação ao sistema portuário nacional e aos investimentos que estão sendo alocados pelo Governo Federal e tendências de mercado. Esse trabalho será base para o detalhamento do Plano Estratégico de Paranaguá, servindo como roteiro básico de expansão e acessibilidade. O **Presidente** informou o recebimento de correspondência da SEP informando que no próximo dia 30 estará vencendo o prazo para entrega do PDZPO, solicitando à Secretaria preparar expediente respondendo a SEP informando as ações que estão sendo realizadas e qual previsão para entrega dos trabalhos. **Cons. Mario** informou da assinatura, com a ANTAQ, de um Termo de Compromisso que concede um novo prazo para entrega do Plano de Arrendamento, do PDZPO, do Planejamento Estratégico e da questão do arrendamento da Transpetro em Paranaguá. Será encaminhada cópia do Termo à SEP, respondendo ao questionamento da mesma. **Cons. Fayet** solicitou que os estudos preliminares para o Plano Estratégico sejam apresentados ao CAP, antes de serem concluídos. O **Presidente** informou que a Portaria 257 da SEP estabelece a apresentação ao CAP, para aprovação. **Cons. Daudt** indagou se há prazo para início dos estudos que serão efetuados pela Universidade Federal, pois acredita não ser um trabalho para entrega em pouco tempo, uma vez que o Plano Estratégico é muito abrangente. **Cons. Maria do Socorro** disse que o que está sendo feito é apenas um rápido diagnóstico, que mostrará o que está acontecendo com Paranaguá, algumas tendências, inclusive informou que o Secretário dos Transportes deverá vir ao CAP para apresentar algumas sugestões, até porque um Plano Estratégico tem que ter o posicionamento e aprovação da comunidade. **Cons. Baka** sugeriu que a Prefeitura Municipal seja uma participante deste processo, tendo em vista que já é conveniada com a Universidade Federal e assim poderá fazer trabalhos específicos, conjugando esforços com a APPA. Informou que a FUNPAR fez o Plano Diretor de Paranaguá, onde a área de interesse portuário foi expandida e as vias de acesso estruturadas e hierarquizadas por tipo de carga, com novas alternativas. Solicitou ao **Presidente**, buscar esclarecimentos junto a SEP, sobre quais critérios foram usados para definir a construção dos Terminais Marítimos de Passageiros, tendo em vista que o Sul do País não foi contemplado, especialmente Paranaguá que já estava



com um projeto pronto. Lembrou sobre as proposições apresentadas pela APPA, projetos solicitados pela SEP para inclusão no PAC II, o que, até o momento, não se sabe se foram entregues ou não. **Cons. Maria do Socorro**, complementando o pronunciamento do Cons. Baka, chamou a atenção para todos os investimentos que estão sendo feitos pelo Governo Federal nos portos brasileiros, com exceção do Porto de Paranaguá. Conclamou a todos para realmente vestirem a camisa e procurarem reverter o saldo negativo de sete anos. **Cons. Fayet** acredita que em face da devolução, pela APPA, da verba destinada a investimentos para ampliação do cais, a SEP cansou e excluiu a mesma dos seus investimentos. **Cons. Juarez** disse que o planejamento estratégico é algo que considera muito importante e indispensável para qualquer boa gestão. Revendo a Portaria da SEP, vê que é muito específica em cima do PDZ e o programa de arrendamento está atrelado ao PDZ, portanto, acredita que talvez seja o fato de se focar no PDZ e depois no Planejamento Estratégico, inclusive através do Convênio com a FUNPAR, que já conhece a área o que facilitaria bastante. **Cons. Mario** esclareceu que o Convênio com Universidade é de cooperação e multidisciplinar, certamente o trabalho que foi desenvolvido para a Prefeitura facilitará bastante, mas quem vai tocar o trabalho é a equipe interna da APPA.

**3.3 - INFORMAÇÕES ACERCA DA REVISÃO DAS NORMAS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE OPERADORES PORTUÁRIOS** – Relator da Comissão de Regulação Portuária – **Conselheiro Mário Marcondes Lobo Filho**; sobre essa questão, disse que sua intenção é mais escutar do que expor. No seu entender, atendidas as questões de segurança, credibilidade e respeito ao trabalhador portuário, não vê porque restringir o acesso das empresas que querem se qualificar como operador portuário. Acha discutível tanto no campo jurídico como do ponto de vista operacional, separar os operadores em várias categorias. Também estava em discussão um estágio probatório, o que não vê muito sentido na pessoa jurídica ou preenche as condições ou não, até porque o mesmo apresenta um atestado de responsabilidade técnica. O que acha oportuno é que seja obrigado a cada operador colocar informações mínimas de dados no site, atualizados periodicamente, para que os usuários possam escolher seus operadores com todas as suas informações necessárias. Informou que a obrigatoriedade em apresentar a Certidão Negativa do OGMO poderá ser mensalmente ou trimestralmente, e que as novas observações e sugestões serão submetidas à análise da Comissão e certamente contempladas. **Cons. Sandro** solicitou que fosse incluída na Norma em revisão a questão relacionada à apresentação da Certidão Negativa do OGMO, porque há um passivo muito alto em razão do inadimplemento de muitos operadores com o mesmo. **Cons. Maria do Socorro** informou que anteriormente o porto já exigia essa obrigatoriedade junto ao Sindicato da classe e essa questão interessa muito ao Bloco dos Trabalhadores.

**3.4 - INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ASSUNTOS DE CABOTAGEM** – Coordenador da Comissão – **Conselheiro Mauricio Vitor de Souza** disse que de sua parte não há muito a ser acrescentado a tudo que já foi dito e feito, uma vez que já tem a manifestação dos segmentos envolvidos, confirmando a concessão de descontos para a Cabotagem. Os trabalhos estão praticamente conclusos, com apenas alguns detalhes pendentes. Com a convicção de que a coleta dos dados finais ocorrerá em breve, informou que o Relatório conclusivo sobre a cabotagem será apresentado provavelmente na próxima reunião.

**4 – EXPEDIENTE:** **4.1** - Relatório Operacional da APPA; **4.2** - Relatório de Atividades do OGMO; **4.3** - Correspondências Expedidas e Recebidas; O **Presidente** informou da distribuição prévia dos relatórios e da relação dos expedientes, não havendo questionamentos a respeito.

**5 - ASSUNTOS GERAIS** – **Cons. Daudt**, referindo-se às vias de acesso ao porto, disse que, embora seja um assunto recorrente, necessita de um posicionamento da Superintendência da APPA sobre o mesmo, lembrando que era uma questão que estava sendo gestiona no sentido de acionar judicialmente a empresa responsável pela construção das vias de acesso, inclusive havia tratativas de que seriam realizadas as correções o que não foi feito até o momento. Acha importante solucionar essa questão tendo em vista ter sido um investimento muito grande da APPA e as vias estão se deteriorando com uma velocidade



incrível. **Cons. Mario** disse que não via a questão muito crítica, senão em lugares pontuais e que já estava sendo assinado um Termo de Acordo, onde a empresa se prontificava a realizar os reparos necessários. Uma outra alternativa seria elaborar um contrato para fazer os pequenos reparos. **Cons. Baka** informou que o problema realmente está concentrado em algumas áreas e sua preocupação é que os desvios efetuados durante a recuperação dessas vias sejam também recuperadas, em razão dos desgastes que sofrem durante as obras de recuperação. **Cons. Fayet** solicitou a Superintendência da APPA que na próxima reunião trouxesse informações acerca da batimetria, da dragagem e do cais oeste, tendo em vista que a seu ver, os estudos de viabilidade econômica anteriores destes últimos foram muito deficientes. O **Presidente** nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a 196ª Reunião Ordinária, tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi \_\_\_\_\_, lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros, tão logo seja aprovada.

**Conselheiros:**

José Roberto Bastos Fernandes \_\_\_\_\_  
Mario Marcondes Lobo Filho \_\_\_\_\_  
Mauricio Vitor de Souza \_\_\_\_\_  
José Baka Filho \_\_\_\_\_  
Ivany Marés da Costa \_\_\_\_\_  
Carlos Oliveira da Velha Filho \_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Calvo \_\_\_\_\_  
Michael Martins da Silva \_\_\_\_\_  
Sandro Flores Monteiro \_\_\_\_\_  
Marco Aurélio Chapaval \_\_\_\_\_  
Herber Soares de Freitas \_\_\_\_\_  
Maria do Socorro Oliveira \_\_\_\_\_  
Ismael Alves Pires Neto \_\_\_\_\_  
Luiz Antonio de Camargo Fayet \_\_\_\_\_  
Airton Galinari \_\_\_\_\_  
Juarez Moraes e Silva \_\_\_\_\_  
Cláudio Fernando Daudt \_\_\_\_\_  
Joaquim Medeiros C. Fernandes \_\_\_\_\_  
João Gilberto Cominese Freire \_\_\_\_\_

**Convidados:**

Kelly Cristhine Frizzo – da CPPR  
Ivani Suave – da RFB  
Nilson Hanque de Camargo – FAEP  
Sidney Pinto - Cotriguaçu